

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O POTENCIAL DE PRODUTOS COM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA EM SANTA CATARINA: O CASO DE RATONES

Nome: Daniel Alves da Silva Filho

Orientadora: Marinês da Conceição Walkowski

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG) em Santa Catarina, destacando o potencial dessa articulação para o desenvolvimento territorial sustentável, tomando o distrito de Ratonés (Florianópolis) como referência empírica. O estudo evidencia como o TBC, fundamentado na valorização cultural e na participação comunitária, pode ser fortalecido pela inclusão de produtos locais certificados, que agregam valor simbólico, econômico e turístico aos territórios. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão de literatura, documentos secundários e análise de conteúdo, visando compreender de que modo a integração entre TBC e IG pode ampliar a geração de renda, preservar tradições e fomentar o empreendedorismo rural. Os resultados indicam que estratégias integradas entre turismo comunitário e produção local fortalecem identidades territoriais, promovem modelos de governança mais participativos e contribuem para um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Conclui-se que Ratonés apresenta potencial significativo para consolidar práticas articuladas de TBC e IG, servindo como exemplo para outros territórios catarinenses.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Indicação Geográfica; Desenvolvimento Sustentável; Santa Catarina; Valorização Territorial.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between Community-Based Tourism (CBT) and Geographical Indication (GI) products in the state of Santa Catarina, highlighting the potential of this articulation for sustainable territorial development, using the district of Ratonés (Florianópolis) as an empirical reference. The research shows that CBT, grounded in cultural appreciation and community participation, can be strengthened through the inclusion of certified local products, which add symbolic, economic, and touristic value to territories. The study adopts a qualitative and exploratory approach, based on literature review, institutional documents, and content analysis, aiming to understand how the integration between CBT and GI can enhance income generation, preserve traditions, and foster rural entrepreneurship. The findings indicate that integrated strategies connecting community-based tourism and local production strengthen territorial identities, promote participatory governance models, and contribute to fairer, more inclusive, and sustainable development. It is concluded that Ratonés presents significant potential to consolidate articulated practices between CBT and GI, serving as a reference for other territories in Santa Catarina.

Keywords: Community-Based Tourism; Geographical Indication; Sustainable Development; Santa Catarina; Territorial Valorization

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem ganhado destaque como uma alternativa de turismo sustentável, ao promover a valorização dos territórios, das culturas locais e dos saberes tradicionais. Esse modelo de turismo se caracteriza pela participação ativa das comunidades na concepção, gestão e execução das atividades turísticas, buscando assegurar que os benefícios econômicos, sociais e culturais permaneçam no próprio território. Dessa forma, o TBC se alinha a práticas de desenvolvimento local integrado e sustentável, fortalecendo a autonomia comunitária e a preservação das identidades territoriais (Almeida; Emmendoerfer, 2023).

No Brasil, o TBC tem sido impulsionado por iniciativas de organizações da sociedade civil, universidades e redes colaborativas, como a Rede Brasileira de Turismo Comunitário (TURISOL) e o Núcleo de Apoio ao Turismo de Base Comunitária (NATRe), que atuam na promoção, articulação e difusão de experiências comunitárias em diferentes regiões do país. Essas iniciativas contribuem para consolidar o TBC como um campo de práticas e reflexões voltadas à justiça social, à conservação ambiental e à valorização dos modos de vida tradicionais.

Em paralelo, os Produtos com Indicação Geográfica (IG) vêm se consolidando como importantes instrumentos de valorização territorial e de fortalecimento das economias locais, especialmente em regiões onde a identidade cultural e os saberes produtivos estão fortemente enraizados. As IGs associam produtos às suas origens geográficas, reconhecendo características específicas relacionadas ao meio natural e ao saber-fazer local, além de contribuir para a diferenciação no mercado e a proteção do patrimônio cultural (Fronzaglia et al., 2019).

A aproximação entre o Turismo de Base Comunitária e os Produtos com Indicação Geográfica revela um potencial significativo para o desenvolvimento territorial sustentável, ao integrar turismo, cultura, produção local e governança comunitária. Essa articulação possibilita a criação de experiências turísticas autênticas, ao mesmo tempo em que fortalece as cadeias produtivas locais e promove a valorização simbólica e econômica dos territórios.

A integração entre TBC e IG apresenta elevado potencial para fomentar a inovação social, o empreendedorismo rural e a conservação ambiental, além de gerar renda para populações tradicionais e agricultores familiares (Batista *et al.*, 2021). Conforme destacam

Almeida *et al.* (2024), essa sinergia possibilita uma atuação conjunta voltada ao desenvolvimento socioambiental do território, fortalecendo o papel das comunidades nos processos de gestão, contribuindo para a governança territorial e o fortalecimento das identidades regionais. Em Santa Catarina, a relevância desse estudo se justifica pela diversidade de produtos certificados, como o mel de melato da bracatinga, a banana da região de Corupá e os vinhos de altitude, que possuem forte apelo turístico e cultural (Setur, 2021).

Este trabalho tem como foco a relação entre o Turismo de Base Comunitária e os Produtos com Indicação Geográfica em Santa Catarina, com especial atenção às oportunidades e desafios que emergem dessa conexão para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades envolvidas. Apesar da presença de sete Indicações Geográficas registradas em Santa Catarina, Epagri (2024), observa-se uma lacuna na articulação efetiva entre essas IGs e o turismo comunitário local. Nesse contexto, surge a seguinte questão: Como a articulação entre o Turismo de Base Comunitária e os Produtos com Indicação Geográfica pode contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável no distrito de Ratonés, em Santa Catarina?

O objetivo geral do projeto foi analisar a relação entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG) em Santa Catarina, destacando o potencial dessa articulação para o desenvolvimento territorial sustentável, tomando o distrito de Ratonés (Florianópolis) como referência empírica. A pesquisa se caracteriza como uma revisão de materiais secundários, com abordagem qualitativa e exploratória.

O método empregado foi a revisão da literatura, orientada pela seleção de artigos científicos, relatórios institucionais, documentos técnicos e publicações de órgãos como Epagri, Sebrae e Setur (2025). A análise dos materiais foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, que, como observa Bardin (2016), consiste em identificar categorias temáticas capazes de revelar padrões, recorrências e interpretações relevantes para o objeto de estudo.

Foram analisados artigos científicos nacionais e internacionais sobre Turismo de Base Comunitária, Indicações Geográficas, desenvolvimento territorial e sustentabilidade, além de relatórios institucionais da Epagri e publicações técnicas do Sebrae-SC relacionadas ao fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Além disso, foram utilizados dados secundários provenientes de documentos oficiais da Secretaria de Turismo de Santa Catarina (Setur), bem como livros, capítulos e estudos consolidados de autores de referência. A análise desses materiais foi realizada pelo autor, por meio da técnica de análise de conteúdo. Para garantir amplitude e atualidade da pesquisa, também foram consultadas bases acadêmicas digitais, como SciELO e Google Scholar,

priorizando publicações dos últimos dez anos.

A análise foi pautada em estudos recentes de Milano *et al.* (2021), e Lima e Anjos (2020), que abordam as conexões entre TBC, IG e desenvolvimento territorial, considerando o contexto específico catarinense. Adotou-se a técnica de análise de conteúdo para examinar as informações coletadas, a fim de identificar categorias e padrões recorrentes nas relações entre turismo comunitário e produtos com IG.

Considerando que o trabalho incorpora o distrito de Ratonés como referência empírica na discussão, utiliza-se também o conceito de estudo de caso como estratégia metodológica complementar. O estudo de caso, conforme Yin (2015), é apropriado para analisar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o objeto de análise e o ambiente em que ele ocorre não estão claramente definidas. Assim, Ratonés é tomado como um caso exemplificativo do potencial de integração entre TBC e produtos locais, dada sua organização comunitária e suas práticas produtivas tradicionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Turismo de base comunitária: conceitos e princípios

Segundo Almeida e Emmendoerfer (2023), o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma forma alternativa de turismo que busca valorizar os saberes, práticas culturais e recursos naturais das comunidades locais, promovendo o protagonismo dos moradores na condução das atividades turísticas. Diferente do turismo massificado, o TBC parte do princípio da gestão participativa, onde os benefícios econômicos, sociais e ambientais são distribuídos de forma equitativa entre os membros da comunidade.

Os princípios fundamentais do TBC incluem a gestão democrática e coletiva, a valorização da cultura local, a distribuição justa dos benefícios econômicos, a conservação ambiental, o respeito às identidades territoriais e a promoção da educação para a sustentabilidade. Esses princípios orientam a prática do turismo comunitário ao garantir que as comunidades sejam protagonistas das decisões e mantenham o controle sobre seus territórios, reforçando a autonomia local e assegurando que as atividades turísticas contribuam para o bem-estar coletivo e para a proteção dos modos de vida tradicionais (Moraes *et al.*, 2020).

No Brasil, as discussões sobre Turismo de Base Comunitária ganharam força a partir dos anos 1990, principalmente em contextos de resistência de populações tradicionais e de valorização do turismo como estratégia de desenvolvimento local. Uma das precursoras desse debate foi Marta Irving, que contribuiu para a sistematização dos princípios do TBC, vinculando-o a práticas de justiça social, valorização da diversidade cultural e sustentabilidade

(Moraes *et al.*, 2020).

Para Almeida *et al.* (2024), o Turismo de Base Comunitária é estruturado a partir de um processo de desenvolvimento territorial que depende da organização coletiva e do reforço das características identitárias da população local, sendo uma estratégia eficaz para alavancar o desenvolvimento socioambiental em territórios com forte coesão cultural e vínculos com o meio ambiente. Além disso, esse modelo de turismo está associado à promoção da justiça social, ao fortalecimento da autonomia comunitária e à conservação dos ecossistemas.

Os princípios que regem o Turismo de Base Comunitária incluem: gestão democrática, valorização da cultura local, distribuição justa dos benefícios, conservação ambiental, educação para a sustentabilidade e respeito às especificidades dos territórios (Lima; Anjos, 2020). Batista *et al.* (2021) destacam ainda a importância da educação ambiental como ferramenta para fortalecer o engajamento comunitário e promover inovações sociais nas práticas turísticas.

O TBC se diferencia também por sua abordagem integrada, envolvendo diversas dimensões do território: econômica, social, ambiental, política e simbólica. Como observa Almeida e Emmendoerfer (2023), essa integração permite uma atuação mais estratégica, em que a comunidade se torna não apenas receptora de visitantes, mas também guardião de sua própria história e identidade.

Portanto, o Turismo de Base Comunitária deve ser compreendido como uma alternativa de turismo transformador, que transcende a lógica do consumo e busca criar experiências significativas para visitantes e moradores, ancoradas em princípios de sustentabilidade, equidade e respeito mútuo.

Portanto, o Turismo de Base Comunitária deve ser compreendido como uma alternativa de turismo transformador, que transcende a lógica do consumo e busca criar experiências significativas para visitantes e moradores, ancoradas em princípios de sustentabilidade, equidade e respeito mútuo. Nesse contexto, torna-se necessário compreender outros instrumentos de valorização territorial que dialogam com os princípios do TBC, como as Indicações Geográficas, cuja base conceitual e institucional será apresentada a seguir.

2.2 Produtos com indicação geográfica: origem, tipos e importância

A Indicação Geográfica (IG) é um instrumento de valorização territorial que associa a reputação, qualidade ou outras características específicas de um produto à sua origem geográfica. Trata-se de um reconhecimento legal que visa proteger e promover produtos típicos de determinadas regiões, vinculando-os ao saber-fazer local, às condições naturais e

culturais específicas do território (Fronzaglia *et al.*, 2019).

A origem das Indicações Geográficas remonta às tradições europeias de proteção de produtos locais, como o queijo Roquefort, na França, e os vinhos da região do Douro, em Portugal. No Brasil, esse sistema foi incorporado a partir da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), regulamentada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que reconhece duas modalidades principais de IG: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO) (Fronzaglia *et al.*, 2019).

A Indicação de Procedência destaca o nome geográfico de uma região que se tornou conhecida por determinado produto ou serviço. Já a Denominação de Origem exige comprovação de que as qualidades ou características do produto se devem essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (Fronzaglia *et al.*, 2019).

A importância das IGs vai além do reconhecimento da origem. Elas atuam como instrumentos de diferenciação de mercado, fortalecimento de identidades culturais e valorização de práticas produtivas tradicionais. Como destacam Milano e Cazella (2021), as IGs podem gerar impactos ambientais positivos ao incentivar práticas sustentáveis e o uso racional de recursos naturais. Do ponto de vista social, contribuem para a inclusão produtiva e a valorização do trabalho de pequenos produtores.

No contexto catarinense, produtos como o mel de melato da bracinga, a banana de Corupá, o queijo serrano dos Campos de Cima da Serra e os vinhos de altitude exemplificam como as IGs podem impulsionar o desenvolvimento regional (Epagri, 2024). Essas certificações fortalecem o vínculo entre produto e território, agregando valor às cadeias produtivas e abrindo novas oportunidades, inclusive no turismo rural e comunitário.

Sgroi (2021) destaca que as IGs podem ser vistas como instrumentos estratégicos de desenvolvimento territorial, pois integram dimensões econômicas, sociais e ambientais, além de contribuírem para a conservação de bens públicos como a biodiversidade e o patrimônio cultural. Dessa forma, elas tornam-se fundamentais para a construção de modelos mais sustentáveis e inclusivos de desenvolvimento local.

2.3 Convergência entre turismo de base comunitária e indicação geográfica

Na perspectiva de Almeida *et al.*, (2024), o Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG) compartilham fundamentos importantes, como a valorização dos saberes locais, o fortalecimento de territórios e a promoção do desenvolvimento sustentável. Ambos estão ancorados em dinâmicas que priorizam o

pertencimento cultural, a gestão comunitária e o reconhecimento das especificidades regionais como ativos para geração de valor (Fronzaglia *et al.*, 2019).

No contexto catarinense, essa relação se materializa nas comunidades e famílias agricultoras que, além de conduzirem experiências de hospitalidade e vivências culturais, também produzem bens certificados, como mel de melato da bracatinga, vinhos de altitude, queijo serrano ou banana de Corupá (Almeida *et al.*, 2024).

Essas famílias integram o turismo às suas práticas produtivas tradicionais, recebendo visitantes em propriedades rurais, conduzindo oficinas, visitas técnicas e degustações, o que reforça o protagonismo comunitário e amplia as oportunidades de renda associadas tanto à produção agrícola quanto ao turismo. Assim, a articulação entre TBC e IG revela não apenas uma complementaridade conceitual, mas um processo real de integração territorial, onde os modos de vida, o trabalho coletivo e as identidades locais se tornam elementos centrais das experiências turísticas (Fronzaglia *et al.*, 2019).

As IGs, ao protegerem produtos típicos vinculados a territórios específicos, contribuem para a construção de narrativas identitárias que podem ser exploradas no turismo, sobretudo em experiências baseadas na autenticidade e na imersão cultural. Essa convergência cria um ambiente propício para o fortalecimento do TBC, uma vez que os produtos com IG reforçam o apelo turístico das regiões, oferecendo conteúdos simbólicos que enriquecem a experiência dos visitantes (Almeida; Emmendoerfer, 2023).

De acordo com Lima e Anjos (2020), o TBC, quando articulado com cadeias produtivas locais, como as da agricultura familiar ou do artesanato com IG, amplia os efeitos positivos do turismo no território, favorecendo a distribuição de renda, a valorização do trabalho coletivo e a proteção da cultura material e imaterial. Além disso, a presença de uma IG em uma comunidade pode funcionar como um selo de qualidade e identidade, facilitando a construção de roteiros turísticos mais coerentes com os valores da sustentabilidade e da economia solidária. Almeida *et al.* (2024) ressaltam que a associação entre IGs e TBC favorece um processo de desenvolvimento socioambiental baseado na participação comunitária, já que ambas as práticas exigem que os moradores atuem diretamente na organização e na divulgação dos produtos e serviços locais.

Quando bem articulados, eles potencializam a governança local, incentivam o turismo de experiência e estimulam práticas de conservação ambiental por meio da valorização de modos de vida tradicionais. Um bom exemplo dessa conexão pode ser observado em Santa Catarina, onde produtos como os vinhos de altitude e o mel de melato da bracatinga já são utilizados como elementos centrais de roteiros turísticos regionais (Epagri, 2024).

A criação de circuitos turísticos com base nos produtos certificados e na hospitalidade

comunitária é uma estratégia que pode fortalecer o protagonismo local e ampliar os benefícios gerados pelo turismo de forma mais justa e inclusiva. Assim, a articulação entre TBC e IGs representa uma via promissora para o desenvolvimento territorial integrado, onde a preservação do patrimônio cultural e natural se alia à geração de oportunidades econômicas e à valorização dos territórios rurais e tradicionais.

O desenvolvimento local sustentável é uma abordagem que visa promover transformações sociais, econômicas e ambientais de forma integrada e equilibrada, respeitando as especificidades dos territórios e fortalecendo a autonomia das comunidades locais. Essa perspectiva valoriza os recursos endógenos, como o capital social, cultural, natural e produtivo, buscando formas de crescimento que não comprometam a capacidade das futuras gerações (Almeida; Emmendoerfer, 2023).

Nesse contexto, a governança territorial emerge como um elemento-chave para a viabilização de processos sustentáveis de desenvolvimento. Ela se refere à articulação entre atores locais, como comunidades, associações, cooperativas, poder público, universidades e organizações da sociedade civil na definição e gestão de estratégias que fortaleçam o território de forma coletiva e participativa (Fronzaglia; Salles-Filho; Raynaud, 2019).

A relação entre desenvolvimento sustentável e governança territorial é especialmente relevante em iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) e Indicação Geográfica (IG). Ambos os instrumentos exigem uma gestão colaborativa e horizontal, em que os diferentes agentes do território compartilham decisões e responsabilidades. De acordo com Almeida *et al.* (2024), desenvolver projetos de forma participativa no contexto das IGs e do TBC contribui para que as comunidades se tornem mais autônomas e aptas a desempenhar funções de gestão territorial de maneira articulada.

O TBC, ao envolver diretamente os moradores na recepção turística e na gestão das atividades, estimula a criação de redes solidárias e o fortalecimento do tecido social local. De maneira semelhante, as IGs demandam organização coletiva para o cumprimento de critérios técnicos, monitoramento da produção e promoção conjunta dos produtos, o que impulsiona processos de cooperação e coesão territorial (SgROI, 2021).

Batista, Santana e Brito (2021) ressaltam que o fortalecimento da governança local é um fator decisivo para o sucesso de iniciativas sustentáveis, especialmente em contextos rurais e periféricos, onde o capital institucional muitas vezes é limitado. Assim, práticas de educação ambiental, planejamento participativo e articulação intersetorial são essenciais para garantir a sustentabilidade dos processos.

No caso catarinense, observa-se que a atuação integrada de instituições como a Epagri, o Sebrae e associações de produtores tem sido determinante para o reconhecimento e

valorização de diversos produtos com IG, bem como para o estímulo ao turismo rural e comunitário (Epagri, 2021). A construção de modelos de governança que respeitem as singularidades territoriais e promovam a inclusão social é, portanto, fundamental para o desenvolvimento local sustentável.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, escolhida por permitir a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir da interpretação de significados, práticas e relações construídas pelos atores envolvidos. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa se dedica ao universo de valores, crenças, representações e práticas sociais, o que se alinha diretamente ao objetivo de analisar as conexões entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG).

A pesquisa também se caracteriza como exploratória, uma vez que busca ampliar a compreensão sobre a temática e identificar relações ainda pouco investigadas na literatura nacional, especialmente no contexto catarinense. Conforme Gil (2019), estudos exploratórios são adequados para temas emergentes, permitindo mapear conceitos, perspectivas e lacunas existentes. Além disso, apresenta natureza descritiva, pois procura sistematizar, organizar e apresentar as principais características das iniciativas de TBC e IG, descrevendo suas formas de articulação e implicações para o desenvolvimento territorial sustentável.

Dessa forma, a metodologia combina revisão teórica, sistematização documental e análise de conteúdo, possibilitando uma compreensão abrangente e crítica das articulações entre Turismo de Base Comunitária, Indicação Geográfica e desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do distrito de Ratonés

Ratonés é um dos distritos rurais de Florianópolis, localizado na porção centro-norte da Ilha de Santa Catarina, caracterizado por forte presença de áreas naturais, práticas agrícolas tradicionais e formas de organização comunitária historicamente consolidadas. Segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF, 2023), o distrito preserva características rurais marcantes, incluindo pequenas propriedades familiares, cultivo de hortaliças, produção artesanal e manifestações culturais associadas aos modos de vida tradicionais da ilha.

A seguir, observa-se algumas das características marcantes no Distrito de Ratonés,

como a produção de cogumelos, substrato inoculado/blocos de cultivo e a criação do mel de abelhas nativas, como mostra a Figura 1 e Figura 2.

Figura 1 - Cultivo e Produção de cogumelos.



Fonte: Juliana Justo Conceição (2025). Disponível em: <https://www.cogumelourbano.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Figura 2 - Meliponicultores e agricultores, criadores de abelhas nativas.



Fonte: Bruna Vieira de Paula (2025). Disponível em: <https://www.sabura.com.br/atendimento/quem-somos>

Acesso em: 10 dez. 2025.

O território se destaca pela presença de remanescentes do ecossistema de manguezal e da Mata Atlântica, elementos que conferem relevância ambiental e potencial para atividades de educação ambiental e turismo de base comunitária (Souza; Lima, 2021). Além disso, Rationes abriga comunidades que mantêm práticas produtivas vinculadas ao saber-fazer tradicional, como agricultura orgânica, cultivo de plantas medicinais e produção artesanal de alimentos, aspectos frequentemente valorizados em iniciativas de TBC (Almeida; Emmendoerfer, 2023).

Do ponto de vista territorial, Rationes apresenta uma configuração sociocultural que favorece experiências turísticas baseadas na participação comunitária, hospitalidade familiar e valorização das identidades locais. Conforme observado por Moraes *et al.* (2020), territórios rurais com forte coesão social e vínculos culturais consolidados possuem elevado potencial para o desenvolvimento de práticas de turismo comunitário, pois articulam de maneira integrada elementos como história, identidade e modos de vida às dinâmicas próprias do território.

Embora Rationes não possua, até o momento, produtos certificados por Indicação Geográfica, sua estrutura socioprodutiva e seu patrimônio cultural apresentam condições favoráveis para futuras articulações entre turismo comunitário e valorização territorial. Estudos sobre ruralidades na Ilha de Santa Catarina apontam que áreas como Rationes funcionam como territórios relevantes para manter práticas tradicionais e desenvolver caminhos sustentáveis de desenvolvimento comunitário (Batista; Santana; Brito, 2021).

Dessa forma, compreender as especificidades territoriais de Rationes é essencial para fundamentar a análise das convergências entre o Turismo de Base Comunitária e as Indicações Geográficas, uma vez que o distrito constitui um exemplo concreto de território com capital social, cultural e ambiental relevante para práticas de turismo sustentável.

4.2 Turismo de Base comunitária e convergência com as indicações geográficas: o caso de Rationes

A análise das conexões entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e as Indicações Geográficas (IG) revela um campo fértil para estratégias integradas de valorização territorial, especialmente em territórios rurais com forte identidade sociocultural, como o distrito de Rationes, em Florianópolis. Tanto o TBC quanto as IGs compartilham fundamentos vinculados ao reconhecimento dos saberes locais, à proteção de práticas tradicionais e ao fortalecimento das comunidades como protagonistas de seus processos de desenvolvimento (Almeida;

Emmendoerfer, 2023; Sgroi, 2021).

No caso de Ratonos, as práticas produtivas tradicionais, a agricultura familiar, o uso comunitário do território e a presença de bens naturais e culturais constituem elementos que se alinham aos princípios do TBC. Conforme assinalam Moraes *et al.* (2020), comunidades com forte organização interna conseguem integrar diferentes dimensões do território, promovendo práticas turísticas baseadas na corresponsabilidade e na valorização do patrimônio local.

Ratonos apresenta práticas produtivas como horticultura, cultivo de cogumelos gastronômicos, meliponicultura, produção artesanal de alimentos e manejo de agroecossistemas tradicionais, configurando um conjunto de saberes e atividades que possuem potencial para se tornarem referências identitárias no futuro. Essas características aproximam o território de outras regiões catarinenses reconhecidas por produtos certificados com Indicação Geográfica, como o mel de melato da bracatinga do Planalto Sul, a banana de Corupá no Vale do Itapocu, o queijo serrano dos Campos de Cima da Serra e os vinhos de altitude da Serra Catarinense. Assim como ocorre nesses territórios, em Ratonos observa-se a presença de práticas produtivas baseadas em conhecimento tradicional, forte vínculo com o ambiente natural e um modelo de organização comunitária que pode sustentar processos de valorização territorial associados ao turismo.

Nesse contexto, iniciativas locais reforçam o potencial identitário do distrito. Um exemplo é o trabalho da **Cogumelo Urbano**, conduzido por Juliana Justo Conceição, que atua com cultivo agroecológico de cogumelos, educação ambiental e atividades turísticas integradas à Rota Ratonos Rural. Essa produção envolve manejo sustentável, saber-fazer especializado, certificação orgânica e interação direta com visitantes, alinhando-se a princípios presentes em territórios que hoje possuem IG em Santa Catarina. (Conceição, 2025).

Outro exemplo relevante é o do casal Pedro e Bruna, da marca **Saburá**, que desenvolve há mais de 15 anos a meliponicultura, criação de abelhas nativas sem ferrão produzindo méis e derivados de alto valor cultural, ecológico e medicinal. A atividade, baseada em agroflorestas e práticas agroecológicas, dialoga diretamente com territórios catarinenses que possuem IG vinculadas a produtos de forte identidade territorial, como o mel de melato da bracatinga e o queijo serrano. A conexão entre biodiversidade, práticas produtivas tradicionais e sustentabilidade reforça o potencial de Ratonos para desenvolver produtos e experiências turísticas que expressem sua singularidade (Paula, 2025).

Assim, embora ainda não possua certificações formais, Ratonos compartilha elementos estruturais característicos de regiões catarinenses já certificadas, como a articulação entre práticas produtivas tradicionais, conservação ambiental, sistemas agroecológicos e a presença de produtores que valorizam o território, segundo Almeida *et al.* (2024) esses aspectos

fortalecem o potencial do distrito para integrar futuramente iniciativas de Turismo de Base Comunitária e processos de reconhecimento territorial, semelhantes aos observados nas regiões que atualmente detêm Indicações Geográficas em Santa Catarina. A convergência entre TBC e IG também se manifesta na governança territorial. Tanto a certificação geográfica quanto o turismo comunitário dependem de processos coletivos de organização, planejamento e participação social. Sgroi (2021) destaca que modelos territoriais baseados em IG promovem cooperação, proteção do patrimônio e sustentabilidade ambiental, princípios igualmente centrais no TBC, que valoriza justiça social, autonomia comunitária e gestão democrática (Lima; Anjos, 2020).

Com o objetivo de evidenciar as convergências entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e as Indicações Geográficas (IG), elaborou-se uma tabela comparativa que sintetiza os princípios centrais de cada abordagem. A comparação permite visualizar como ambos os instrumentos compartilham fundamentos relacionados à valorização territorial, à proteção de saberes tradicionais e ao fortalecimento socioeconômico das comunidades, embora atuem em dimensões distintas do desenvolvimento local. A seguir, a Tabela 1 apresenta esses princípios de forma organizada.

Tabela 1: Princípios do TBC e das IGs.

Princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC)	Princípios das Indicações Geográficas (IG)
Gestão participativa e comunitária	Vinculação entre produto e território
Valorização da cultura local e dos saberes tradicionais	Proteção do saber-fazer tradicional
Distribuição justa dos benefícios econômicos	Garantia de qualidade e reputação
Autonomia e protagonismo das comunidades	Controle coletivo da produção e certificação

Conservação ambiental e uso sustentável dos recursos	Uso sustentável dos recursos naturais envolvidos
Promoção da justiça social	Valorização socioeconômica de produtores locais
Educação para a sustentabilidade	Diferenciação e competitividade no mercado
Fortalecimento das identidades territoriais	Preservação da identidade cultural do produto

Fonte: (Batista; Santana & Brito, 2021).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem se configurado como uma alternativa promissora de desenvolvimento sustentável em diversas regiões do Brasil, e em Santa Catarina essa tendência não é diferente. Caracterizado pela valorização dos saberes locais, da cultura tradicional e pela gestão participativa das comunidades, o TBC representa uma estratégia potente de fortalecimento territorial, geração de renda e conservação socioambiental.

Santa Catarina, conhecido por sua diversidade cultural, paisagens naturais e forte identidade regional, apresenta um cenário fértil para a consolidação do TBC, especialmente em áreas onde há presença de produtos com Indicação Geográfica (IG). Essa sinergia entre TBC e IG tem potencial de promover inovação social, empreendedorismo rural e conservação ambiental, além de agregar valor à experiência turística por meio da imersão em modos de vida autênticos (Batista; Santana & Brito, 2021).

Almeida e Emmendoerfer (2023), entendem que o TBC adota um enfoque de desenvolvimento que localiza a comunidade como protagonista, enfatizando tanto a ação cooperativa quanto a continuidade das identidades culturais. Essa abordagem contrasta com o turismo convencional, promovendo a participação ativa dos moradores na recepção, planejamento e condução das atividades turísticas. Ao fazer isso, fomenta-se um processo de autonomia comunitária e de empoderamento das populações locais, ao mesmo tempo em que se respeita o meio ambiente e os valores culturais do território.

Atualmente, Santa Catarina conta com sete produtos certificados com IG, entre os quais se destacam o mel de melato da bracatinga, a banana de Corupá, o queijo serrano dos Campos de Cima da Serra e os vinhos de altitude. Esses produtos, além de consolidarem cadeias produtivas locais, constituem importantes atrativos turísticos. Lima e Anjos (2020) apontam que a existência de uma Indicação Geográfica tende a fortalecer a reputação e a identidade local, contribuindo para o desenvolvimento de roteiros turísticos alinhados à sustentabilidade e à economia solidária.

A convergência entre TBC e IG, portanto, representa uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina. Como observam Almeida *et al.* (2024), a articulação entre essas duas frentes estimula práticas participativas de gestão, criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento socioambiental conduzido coletivamente pelas comunidades. Os roteiros turísticos que envolvem experiências em comunidades produtoras de bens certificados são exemplos exitosos dessa integração.

Tabela 2: Oportunidades e desafios na convergência entre Turismo de Base Comunitária (TBC) e Indicações Geográficas (IG).

Dimensão	Oportunidades	Desafios
Valorização territorial	Fortalecimento das identidades locais por meio da associação entre produtos certificados e experiências turísticas comunitárias.	Fragilidade na construção e comunicação de narrativas territoriais integradas.
Desenvolvimento econômico	Agregação de valor simbólico e econômico aos produtos locais e diversificação das fontes de renda das comunidades.	Limitações de infraestrutura, acesso a mercados e escala produtiva reduzida.
Governança e participação	Estímulo à gestão participativa e ao protagonismo comunitário nos processos de planejamento e gestão territorial.	Dificuldades de organização coletiva e coordenação entre atores locais e institucionais.
Sustentabilidade socioambiental	Promoção de práticas produtivas sustentáveis, conservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais.	Necessidade de capacitação técnica contínua e adequação às exigências legais e normativas.
Políticas públicas e	Atuação de instituições como	Baixa articulação

apoio institucional	Epagri, Sebrae e Setur no apoio à capacitação, certificação e promoção territorial.	intersetorial entre políticas de turismo, agricultura e cultura.
----------------------------	---	--

Fonte: (Batista; Santana & Brito, 2021).

Nesse sentido, a atuação de instituições como a Epagri, o Sebrae e a Secretaria de Turismo do Estado têm sido fundamentais para articular ações de capacitação, certificação e promoção dos produtos locais, bem como para fomentar iniciativas de TBC alinhadas com os princípios da sustentabilidade e da inclusão social (Epagri, 2024).

Contudo, apesar do cenário favorável, ainda existem desafios significativos a serem superados, como a baixa articulação entre as políticas públicas de turismo e as cadeias produtivas locais, a carência de infraestrutura e a necessidade de formação continuada para os atores envolvidos. A construção de modelos de governança territorial, que integrem diferentes setores e valorizem a participação comunitária, é essencial para consolidar o TBC como uma política pública eficaz de desenvolvimento.

Em suma, o panorama do Turismo de Base Comunitária em Santa Catarina revela um território de oportunidades, onde cultura, natureza e economia solidária se encontram para promover um modelo de turismo transformador, inclusivo e sustentável. Para tanto, é imprescindível fortalecer as conexões entre os produtos com Indicação Geográfica e as comunidades locais, em um processo contínuo de valorização dos saberes, da identidade e da autonomia dos territórios.

As Indicações Geográficas (IGs) representam uma importante ferramenta de valorização territorial, agregando valor a produtos tradicionais e vinculando-os diretamente a saberes, práticas e condições específicas de um local. Em Santa Catarina, as IGs têm ganhado destaque nos últimos anos, com produtos reconhecidos nacional e internacionalmente pela sua qualidade, autenticidade e conexão com o território. Segundo a Epagri (2024), o estado possui sete IGs oficialmente registradas, que refletem a diversidade de seus ecossistemas e culturas regionais.

Tabela 3: Indicações Geográficas registradas em Santa Catarina.

Produto com IG	Descrição	Localidade / Região
Mel de Melato da Bracatinga	Mel produzido a partir do melato da bracatinga, com características sensoriais específicas e forte vínculo com a floresta	Planalto Sul Catarinense

	nativa.	
Banana da Região de Corupá	Banana reconhecida pela qualidade, sabor e métodos tradicionais de cultivo.	Região de Corupá – Vale do Itapocu
Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra	Queijo artesanal elaborado com leite cru, associado a práticas tradicionais da pecuária de altitude.	Campos de Cima da Serra (SC/RS)
Vinhos de Altitude de Santa Catarina	Vinhos produzidos em áreas de altitude elevada, com influência direta das condições climáticas e do terroir.	Serra Catarinense
Erva-mate do Planalto Norte Catarinense	Erva-mate vinculada ao manejo tradicional e às condições ambientais específicas da região.	Planalto Norte Catarinense
Maçã Fuji da Região de São Joaquim	Maçã caracterizada pelo clima frio e altitude, resultando em frutos de alta qualidade.	Região de São Joaquim
Cachaça de Luiz Alves	Cachaça artesanal produzida a partir do saber-fazer tradicional e identidade histórica local.	Município de Luiz Alves

Fonte: Epagri (2024). Elaboração do autor.

Essas certificações englobam desde produtos agrícolas a bebidas artesanais, e todos têm em comum o forte vínculo com as condições naturais, culturais e sociais de suas regiões de origem. Como destacado por Fronzaglia, Salles-Filho e Raynaud (2019), as IGs operam como instrumentos que ampliam a competitividade territorial, reforçam elementos identitários das comunidades e reconhecem saberes produtivos historicamente construídos.

A Indicação Geográfica pode ser concedida em duas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). A IP reconhece que determinada localidade ficou conhecida pela produção de um certo produto, enquanto a DO exige comprovação de que as características do produto derivam essencialmente do meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (Epagri, 2024).

No caso catarinense, as IGs já conquistadas refletem um trabalho conjunto entre produtores, instituições de pesquisa, cooperativas e órgãos públicos, como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a Epagri e o Sebrae. Esses produtos, além de representarem a excelência produtiva do estado, fortalecem a economia local e abrem novas oportunidades de desenvolvimento integrado com o turismo de base comunitária.

Como observa Sgroi (2021), as IGs configuram-se como ferramentas relevantes para o

avanço do território, contribuindo para organizar ações de planejamento e valorização dos recursos locais, pois envolvem dimensões econômicas, sociais e ambientais em sua implementação. Em Santa Catarina, a certificação de produtos típicos contribui significativamente para a geração de renda de agricultores familiares e pequenos produtores, promovendo a inclusão produtiva e o fortalecimento de cadeias curtas de comercialização.

Além disso, o apelo turístico dos produtos com IG tem potencial para atrair visitantes interessados em experiências autênticas, cultura local e gastronomia. Roteiros que integram degustações de vinhos de altitude, visitas a apiários de mel de melato ou propriedades produtoras de queijo serrano exemplificam essa conexão entre identidade territorial e turismo. Almeida *et al.* (2024) reforçam que integrar IGs e TBC implica adotar práticas de desenvolvimento que envolvem diretamente os moradores na organização e condução das ações socioambientais do território ao envolver diretamente as comunidades tanto na produção quanto na recepção de visitantes.

Esse modelo fortalece o sentimento de pertencimento e a governança local, pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Portanto, as Indicações Geográficas em Santa Catarina não apenas protegem e promovem produtos emblemáticos do estado, como também desempenham um papel central na articulação de estratégias de desenvolvimento territorial integradas, inclusivas e duradouras.

Santa Catarina apresenta um contexto singular e promissor para a integração entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG). Essa combinação oferece oportunidades concretas de desenvolvimento territorial sustentável, agregando valor às produções locais, promovendo a cultura regional e fortalecendo as redes comunitárias.

O TBC, ao priorizar a gestão participativa, a valorização dos saberes locais e a conservação ambiental, cria o ambiente ideal para que os produtos com IG sejam inseridos em roteiros turísticos autênticos e sustentáveis. De acordo com Lima e Anjos (2020), integrar o TBC com sistemas produtivos locais tende a amplificar seus resultados sociais e econômicos, fortalecendo a coesão comunitária, distribuindo melhor os ganhos e promovendo a proteção das manifestações culturais do território.

Em Santa Catarina, o potencial dessa integração é evidenciado em regiões onde as IGs já funcionam como indutores de turismo, como no caso dos vinhos de altitude da Serra Catarinense e do mel de melato da bracatinga no Planalto Sul. Esses produtos não apenas representam excelência produtiva, mas também carregam narrativas culturais e ecológicas que podem ser incorporadas em experiências turísticas de imersão e aprendizagem.

Como afirmam Almeida e Emmendoerfer (2023), o Turismo de Base Comunitária

opera a partir de uma lógica que contempla o território em sua totalidade, considerando simultaneamente aspectos culturais, ecológicos, econômicos e organizacionais na construção das experiências oferecidas. Isso permite que a IG não seja apenas uma certificação comercial, mas sim um elemento integrador de identidade, hospitalidade e protagonismo comunitário.

Além disso, a presença de IGs pode atuar como fator de qualificação e diferenciação da oferta turística. Produtos certificados agregam valor simbólico aos roteiros e podem ser utilizados como eixo central na construção de experiências, como visitas técnicas, oficinas de produção, degustações e eventos culturais. De acordo com Almeida *et al.* (2024), a relação entre IG e TBC sustenta práticas de desenvolvimento socioambiental estruturadas na participação social e no engajamento comunitário, fortalecendo a governança comunitária e criando vínculos mais sólidos entre produtores, turistas e territórios.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento das redes de cooperação entre comunidades, cooperativas, entidades públicas e universidades. Essas articulações são essenciais para desenvolver projetos integrados de TBC e IG, com foco em capacitação, certificação de origem, infraestrutura de recepção e promoção conjunta dos produtos e destinos. Como aponta Sgroi (2021), iniciativas baseadas em IG favorecem a salvaguarda tanto da biodiversidade quanto do patrimônio cultural, fortalecendo a capacidade dos territórios de responder às transformações socioeconômicas, ampliando a resiliência socioeconômica dos territórios.

Contudo, para que esse potencial se concretize, é necessário enfrentar desafios estruturais, como a falta de integração entre políticas públicas de turismo, agricultura e cultura; a carência de investimento em capacitação local; e a necessidade de fortalecimento da identidade territorial nos processos de comunicação e promoção turística.

Ainda assim, iniciativas como as da Epagri, Sebrae-SC e Secretaria de Turismo de Santa Catarina (Setur) mostram que há um caminho consistente a ser trilhado. Programas voltados à valorização de produtos com IG já resultaram na construção de circuitos turísticos com base na autenticidade, sustentabilidade e no envolvimento comunitário (Epagri, 2021).

Dessa forma, o potencial de integração entre TBC e IG em Santa Catarina é não apenas viável, mas altamente estratégico. Ao unir turismo comunitário com produtos territoriais certificados, o estado avança na construção de modelos inovadores de desenvolvimento local, capazes de gerar impactos positivos duradouros tanto para os moradores quanto para os visitantes.

O estado de Santa Catarina apresenta características geográficas, culturais e produtivas que o tornam especialmente propício à articulação entre o Turismo de Base Comunitária

(TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG). Essa integração desponta como uma estratégia inovadora e sustentável para o desenvolvimento local, promovendo a valorização de territórios, saberes tradicionais e a conservação da identidade regional.

O TBC, enquanto modelo alternativo de turismo, prioriza a gestão participativa, o protagonismo das comunidades locais e a valorização das práticas culturais e ambientais do território. É uma forma de turismo que rompe com o modelo massificado e propõe relações mais equitativas entre moradores e visitantes. Segundo Almeida e Emmendoerfer (2023), indicam que o TBC se fundamenta em uma lógica de desenvolvimento territorial apoiada na ação comunitária e na valorização das referências identitárias locais, promovendo não apenas renda, mas também pertencimento, cooperação e autoestima entre os envolvidos.

Por sua vez, as Indicações Geográficas são reconhecimentos legais que associam determinados produtos a uma origem geográfica específica, conferindo-lhes autenticidade, qualidade e reputação. No contexto catarinense, produtos como o mel de melato da bracinga, a banana de Corupá, o queijo serrano dos Campos de Cima da Serra, os vinhos de altitude, entre outros, são exemplos de IGs que materializam o vínculo entre território, tradição e excelência produtiva (Epagri, 2024). Esses produtos não apenas sustentam cadeias econômicas locais, como também carregam valores simbólicos fundamentais para o turismo de experiência.

A convergência entre TBC e IG potencializa a criação de roteiros turísticos baseados na autenticidade, na gastronomia territorial e nas vivências culturais. A IG funciona como um selo de identidade, facilitando a construção de experiências turísticas mais coerentes com os valores da economia solidária e da sustentabilidade. De acordo com os autores Almeida *et al.* (2024), a integração entre o Turismo de Base Comunitária e as Indicações Geográficas favorece um processo de desenvolvimento socioambiental conduzido de forma participativa, o que reforça práticas de governança, preservação ambiental e dinamização das economias locais.

Em Santa Catarina, essa integração já pode ser observada em iniciativas que combinam turismo rural, gastronomia típica e hospitalidade comunitária. Os circuitos de vinhos de altitude na Serra Catarinense e as visitas a apiários de mel de melato da bracinga no Planalto Sul são exemplos de como produtos com IG podem ser integrados a experiências turísticas baseadas no contato direto com os produtores, no aprendizado sobre o processo produtivo e na degustação de sabores locais. Esses roteiros reforçam o pertencimento comunitário e o encantamento dos visitantes, criando uma relação mais ética e sensível entre turismo e território.

Tabela 4: Iniciativas consolidadas em Santa Catarina e estratégias sugeridas para Ratonés na integração entre TBC e IG.

Dimensão	Iniciativas/estratégias em prática em Santa Catarina	Estratégias sugeridas para o distrito de Ratonés
Turismo rural e gastronômico	Circuitos de vinhos de altitude na Serra Catarinense, com visitas a vinícolas, degustações e turismo de experiência.	Estruturação de roteiros rurais comunitários integrando produção local (cogumelos, meliponicultura, agricultura orgânica) e gastronomia territorial.
Valorização de produtos identitários	Visitas a apiários de mel de melato da bracatinga no Planalto Sul, com atividades educativas e contato direto com produtores.	Desenvolvimento de experiências educativas e sensoriais (visitas técnicas, oficinas e degustações) vinculadas aos produtos locais de Ratonés.
Hospitalidade comunitária	Recepção de visitantes em propriedades familiares e comunidades produtoras de bens com IG.	Fortalecimento da hospitalidade comunitária por meio da recepção em propriedades rurais, associações e espaços coletivos.
Aprendizado e educação ambiental	Atividades interpretativas sobre processos produtivos, sustentabilidade e saber-fazer tradicional.	Ampliação de ações de educação ambiental e patrimonial voltadas a visitantes, estudantes e turistas.
Governança e articulação institucional	Apoio de instituições como Epagri, Sebrae e Setur na certificação, promoção e capacitação territorial.	Estímulo à organização comunitária local e à articulação com Epagri, Sebrae-SC e poder público para capacitação e planejamento turístico.
Identidade e pertencimento	Roteiros turísticos que reforçam a identidade territorial e o orgulho comunitário.	Construção de uma narrativa territorial própria de Ratonés, destacando ruralidade, saberes tradicionais e relação com a

		natureza.
--	--	-----------

Fonte: Elaboração do autor, com base em Lima e Anjos (2020), Almeida *et al.* (2024) e Epagri (2024).

Lima e Anjos (2020) destacam que, ao articular o TBC com cadeias produtivas locais como as da agricultura familiar, a integração com IGs favorece a distribuição de renda e o reconhecimento do trabalho coletivo, protegendo tanto a cultura material quanto a imaterial dos territórios. O resultado é a promoção de um turismo transformador, no qual a experiência do visitante está ancorada em valores de equidade, sustentabilidade e respeito cultural.

No caso de Ratonés, esses desafios assumem contornos específicos. Por se tratar de um território rural, com forte presença de agricultura familiar, práticas produtivas tradicionais e patrimônio natural significativo, o distrito demanda estratégias próprias de organização comunitária, capacitação e fortalecimento das redes locais. A ausência de uma Indicação Geográfica formal não impede o desenvolvimento territorial; pelo contrário, evidencia a necessidade de processos colaborativos capazes de estruturar produtos identitários e experiências turísticas vinculadas à cultura local (Moraes *et al.*, 2020). Assim, a organização comunitária e o envolvimento dos moradores tornam-se elementos centrais para que o TBC avance de maneira consistente no distrito.

Conforme apontam Fronzaglia, Salles-Filho e Raynaud (2019), o sucesso das IGs depende da organização coletiva, da cooperação entre produtores e do compartilhamento de responsabilidades princípios que também fundamentam o TBC. Quando analisado sob essa perspectiva, Ratonés apresenta um cenário favorável para a convergência entre TBC e princípios das IGs, mesmo que ainda sem certificação formal. A valorização dos saberes tradicionais, a gestão comunitária do território e a produção local artesanal constituem bases que aproximam o distrito das dinâmicas observadas em regiões catarinenses que já possuem IGs consolidadas.

Iniciativas coordenadas por instituições como a Epagri, o Sebrae-SC e a Setur têm contribuído para o fortalecimento dessa integração, promovendo capacitações, campanhas de valorização dos produtos com IG e incentivo à formação de roteiros turísticos comunitários (Epagri, 2021). Ainda assim, há uma lacuna a ser preenchida entre o reconhecimento dos produtos e sua efetiva inserção em estratégias de desenvolvimento turístico sustentável.

Portanto, a relação entre Turismo de Base Comunitária e Produtos com Indicação Geográfica em Santa Catarina representa uma via estratégica para promover o desenvolvimento local com base nos ativos endógenos dos territórios. Ao unir cultura, economia e sustentabilidade, essa articulação favorece não apenas a diversificação da atividade turística, mas também a valorização dos modos de vida tradicionais e o

empoderamento das comunidades.

CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram alcançar o objetivo geral de analisar a relação entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Produtos com Indicação Geográfica (IG) em Santa Catarina, tomando o distrito de Rationes como referência para compreender como essa articulação pode contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável.

Foi possível responder à pergunta de pesquisa ao demonstrar que a integração entre TBC e IG fortalece processos de valorização cultural, preservação dos saberes tradicionais, participação comunitária e geração de renda, elementos essenciais para práticas de desenvolvimento baseadas no território. Em âmbito estadual, verificou-se que as IGs já consolidadas em Santa Catarina atuam como instrumentos de diferenciação territorial e qualificação das cadeias produtivas, reforçando identidades regionais e ampliando o potencial turístico de diversas localidades.

No caso de Rationes, embora não exista uma IG formalmente reconhecida, o distrito apresenta características socioculturais e produtivas que se alinham aos princípios que orientam tanto o TBC quanto a certificação geográfica, como a presença de práticas tradicionais, forte vínculo comunitário e modos de vida associados à ruralidade. Esses elementos indicam que Rationes possui condições favoráveis para desenvolver iniciativas de turismo comunitário vinculadas à valorização de produtos identitários, o que reforça sua relevância como território com potencial para estratégias integradas de desenvolvimento sustentável.

Reconhece-se, entretanto, que o estudo apresenta limitações, especialmente por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em revisão de literatura e documentos institucionais, sem a realização de trabalho de campo ou coleta direta de dados com os moradores do distrito. A ausência de investigação empírica restringe a compreensão aprofundada da organização comunitária, das dinâmicas produtivas locais e da viabilidade concreta de implementação de uma Indicação Geográfica em Rationes.

Assim, recomenda-se que pesquisas futuras incluam estudos de campo, entrevistas com produtores e lideranças comunitárias, mapeamento detalhado de práticas tradicionais, análise da infraestrutura disponível e investigação da capacidade de governança local. Também seria relevante avaliar a viabilidade socioeconômica de uma futura certificação territorial e desenvolver estudos aplicados voltados à criação de roteiros turísticos

comunitários que integrem produção local, hospitalidade rural e preservação ambiental.

Conclui-se, portanto, que a relação entre o TBC e as IGs configura uma estratégia promissora para promover modelos de desenvolvimento territorial mais justos, participativos e sustentáveis em Santa Catarina. No caso de Rationes, a articulação entre esses dois instrumentos pode fortalecer a identidade local, valorizar os modos de vida tradicionais e gerar novas oportunidades para as comunidades, contribuindo para que o território se consolide como referência em práticas de turismo comunitário e valorização territorial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Á. S. S. S.; MEIRELES, A. J. A.; SOUZA, V. S.; FALCÃO, E. C. **Turismo de Base Comunitária e Indicação Geográfica: uma abordagem participativa para o desenvolvimento socioambiental local: un enfoque participativo para el desarrollo socioambiental local.** *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 94–113, 2024

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões.** *Revista de Turismo Contemporâneo*, Aracaju, v. 11, n. 1, p. 1–21, 2023.

BATISTA, L. F.; SANTANA, J. C.; BRITO, S. F. **Educação ambiental em iniciativas de turismo de base comunitária: uma congruência para inovação social.** *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul, v. 13, n. 4, p. 1196–1212, 2021.

CONCEIÇÃO, J. J. **Cogumelo Urbano. Nossa História.** Disponível em: <https://www.cogumelourbano.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

EPAGRI. **Conheça as sete indicações geográficas de SC.** *Blog da Epagri*, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://blog.epagri.sc.gov.br/conheca-as-sete-indicacoes-geograficas-de-sc/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

EPAGRI. **Epagri 30 anos: ajudamos SC a conquistar seis indicações geográficas.** *Epagri*, 31 out. 2021. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/2021/10/31/epagri-30-anos-ajudamos-sc-a-conquistar-seis-indicacoes-geograficas/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FRONZAGLIA, T.; SALLES-FILHO, S.; RAYNAUD, E. **A Indicação Geográfica sob a ótica da evolução das instituições.** In: VIEIRA, A. C. P. et al. (org.). *Indicação Geográfica: governança e sustentabilidade territorial*. São Carlos: Embrapa, 2019. p.

LIMA, R. P.; ANJOS, L. J. **Turismo de base comunitária: uma alternativa de segmento turístico sustentável de Serra Grande.** *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 2–13, 2020.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. **Environmental effects of Geographical Indications and their Influential Factors: A Review of the Empirical Evidence.** *Current Research in*

Environmental Sustainability, [s.l.], v. 3, p. 1–10, 2021.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. **Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 122, p. 145–168, 2020.

PAULA, B. V. **Saburá - Abelhas Brasileiras . Quem Somos.** Disponível em: <https://www.sabura.com.br/atendimento/quem-somos>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SEBRAE SANTA CATARINA. **IGs catarinenses estarão no Connection Terroir em Gramado/RS.** [s.d.]. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/igs-catarinenses-estarao-no-connection-terroir-em-gramado-rs,fb651c0bfa137910VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SECRETARIA DE TURISMO DE SANTA CATARINA (SETUR). **Sabores catarinenses: conheça as iguarias com selo de indicação geográfica.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.setur.sc.gov.br/sabores-catarinenses-conheca-as-iguarias-com-selo-de-indicacao-geografica/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SGROI, F. **Territorial Development Models: a new strategic vision to analyze the relationship between the environment, public goods and Geographical Indications.** *Science of the Total Environment*, [s.l.], v. 787, p. 1–7, 2021.